



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 6 de junho de 2012

JORNAL DO COMMERCIO	
Editorial	1
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
PIB	2
ECONOMIA	
A CRITICA	
Quadro Grave	3
CAPA	
A CRITICA	
Empregos	4
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Licitação prevista para julho	5
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Nokia vai demitir 122 funcionários	6
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Competitividade	7
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Arrecadação do Estado contabiliza alta de 8%	8
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Receita Federal	9
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Nokia anuncia Plano de Demissão Voluntária na unidade de Manaus	10
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Novo pacote de ajuste fiscal prevê aumento da arrecadação e desburocratização na Sefaz	11
ECONOMIA	

Editorial

Mudança na política de incentivos fiscais no Amazonas

O resultado até certo ponto surpreendente da arrecadação estadual lança uma discussão sobre a condução do programa estadual de incentivos que tem como base a renúncia fiscal para estimular serviços de interesse social ou a competitividade para atrair investimentos

do setor produtivo.

Ninguém discute a necessidade de estímulo à economia e o caráter social de certas isenções notadamente no segmento ligado ao transporte de passageiros. Mas o que também fica claro é a necessidade de instrumentalizar o Estado com novos mecanismos de fiscalização para estabelecer filtros que verifiquem o retorno desse

tipo de iniciativa do poder público.

Especificando para a renúncia fiscal em favor das empresas que atuam no transporte de passageiros tanto na capital como no interior. Até que ponto essa isenção tem refletido na política de preços das empresas detentoras da concessão para a oferta desse tipo de serviço, essencial para um Estado de

dimensões continentais? A resposta talvez não seja tão simples como se sugere. Quem sabe não seja necessário algum tipo de contrapartida mais clara por parte do governo às empresas para pressionar pelo retorno social inicialmente pretendido.

Sobre a isenção a certos segmentos industriais também se observa a necessidade de atualiza-

ções, diante da constante mudança de cenários na conjuntura econômica nacional. O certo é que o instrumento ganha importância e revestimento quando é utilizado para minimizar os impactos como o fenômeno da cheia deste ano. Que esse mecanismo seja aperfeiçoado como política pública para a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

PIB

Indústria revê expectativa de crescimento

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) está revendo para baixo as previsões de crescimento da economia. A estimativa da entidade, até agora, era que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceria 3%, mas, para que a previsão fosse confirmada, a taxa de crescimento deveria ter sido de 0,7% a 0,8% no primeiro trimestre.

O índice é bem maior do que o anunciado pelo Instituto Bra-

sileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no dia 1º. Soma dos bens e serviços produzidos no país, o PIB cresceu apenas 0,2% no primeiro trimestre deste ano, em relação ao último trimestre de 2011, totalizando R\$ 1,03 trilhão, conforme divulgou o IBGE.

“Com o resultado do primeiro trimestre, começamos a perceber que [o crescimento de] 3% no ano não é mais viável. Para

chegar a esse patamar, o crescimento deveria ser de 0,7% a 0,8%, nos três primeiros meses do ano”, disse Marcelo Ávila, economista da CNI. Segundo ele, o relatório da CNI com a revisão das projeções será divulgado em julho e trará o diagnóstico sobre os motivos da queda na previsão do crescimento.

Ontem, a CNI divulgou que a atividade industrial iniciou o segundo trimestre em queda.

Os indicadores dessazonalizados mais diretamente ligados à produção registraram retração em abril ante o mês de março. As horas trabalhadas, por exemplo, caíram 0,6%. A utilização da capacidade instalada da indústria diminuiu 0,5 ponto percentual, passando de 81,5% para 81%. É o pior resultado desde fevereiro de 2010, quando foram registrados 80,8%.

Quadro Grave

Trabalhador do PIM terá férias longas

Empresas adotarão até 30 dias de férias coletivas para fugir da crise por falta de crédito.

Empregos

Situação da indústria no PIM é cada vez pior

Yamaha, por exemplo, dará até 30 dias de férias coletiva em julho

RENATA MAGNENTI

renatamagnenti@acritica.com.br

Com a economia ladeira abaixo, os efeitos continuam sendo sentidos nas fábricas do Polo Industrial de Manaus (PIM). Na programação deste ano, as férias coletivas do meio do ano serão estendidas por até 30 dias, vinte a mais do que normalmente se dá aos trabalhadores. O quadro é grave e não há, entre especialistas e industriais, expectativa de melhora enquanto não houver oferta de crédito.

Na fábrica da Yamaha, as férias coletivas começam no dia 6 de julho. Geralmente são dados dez dias de folga aos industriários, mas este ano, serão 20

dias. Além disso, ao menos duas das quatro, linhas montagens ficarão paralisadas por 30 dias, segundo o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos e industriário da Yamaha, Valdemir Barreto. "O clima na fábrica é de medo e incerteza. Em maio, foram demitidas 110 pessoas. No, ano passado, nesse período, não houve demissões", disse.

Ainda em maio, a fábrica da Moto Honda ficou quase uma semana sem produzir. Nesta semana, não houve produção na segunda-feira. As férias coletivas estão programadas para o dia 2 de julho e, por enquanto, terá duração de dez dias, como nos anos anteriores, segundo o diretor executivo do Sindicato dos Meta-



Comercialização recuou este ano

lúrgicos e industriário da Honda, Raimundo de Oliveira. "Os empresários têm pressionado o Governo Federal para que os bancos voltem a dar crédito, do contrário, nosso destino será incerto".

O presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon), Ailson Resende, acrescentou que as paralisações se estendem também às fábricas de produtos da linha branca. "Sei que a Electrolux, por exemplo, está sem produzir desde a semana passada e a previsão é que retomem as atividades somente no dia 11".

De acordo com o presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, algumas fábricas estudam a possibilidade de antecipar as férias coletivas. "O PIM vai muito mal, não tanto quanto em 2009, mas sabemos que não será possível recuperar o que se deixou de produzir no primeiro semestre", disse. O presidente da Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do PIM (Aficam), Cristovão Pinto, acrescentou que a maioria das fábricas deve emendar a sexta-feira, após o feriado de Corpus Christi.

Licitação prevista para julho

RICHARD RODRIGUES

Equipe EM TEMPO

O projeto do porto da Siderama, que deverá demandar investimento de R\$ 450 milhões, está prestes a sair do papel. A próxima etapa para viabilizar a implantação do empreendimento na capital amazonense iniciará no mês de julho, quando será dado o "start" no processo licitatório para a construção do terminal, segundo a Sociedade de Navegação, Portos e Hidrovias do Amazonas (SNPH).

A garantia foi dada pelo diretor-presidente do órgão, coronel Luiz Gonzaga, durante audiência pública, de propositura do deputado estadual Sidney Leite, realizada ontem na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam). "O estudo de viabilidade econômica para a implantação do porto, assim como

o projeto básico do empreendimento, já está pronto e deverá ser apresentado à Secretaria Nacional dos Portos (SEP), para que o processo de licitação ocorra em julho", informou.

Após a escolha da empresa, as obras do empreendimento, segundo o Gonzaga, serão iniciadas e a previsão é de que o novo terminal inicie as operações dentro de dois anos. "A expectativa é de que as atividades do porto da Siderama, que atenderá ao Polo Industrial de Manaus (PIM), iniciem em 2014, o que ocasionará no progresso da cabotagem longo curso e logística de contêineres de navegação no Estado", destacou o diretor-presidente, ao salientar que, com o novo porto em funcionamento, o Superterminal e o porto Chibatão serão desafogados.

O projeto do porto da

Siderama prestes a deslanchar favorecerá o PIM, mas não solucionará os problemas logísticos que rondam as empresas locais, conforme a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam). "No mínimo mais quatro portos deveriam ser construídos para atender às necessidades das indústrias amazonenses", observou o assessor da presidência da federação, Gilmar Freitas.

Freitas frisou, ainda, que, além da logística, a burocracia na liberação de mercadorias e a escassez da mão de obra ligada ao desembarço de contêineres que abastecem o parque fabril local comprometem as empresas do PIM. "Problemas como esses também precisam ser solucionados, pois somente dessa forma os produtos fabricados em Manaus se tornarão mais competitivos", destacou.

Nokia vai demitir 122 funcionários

 **ALYNE ARAÚJO**
Equipe AGORA

Pessimista em relação à situação da economia brasileira, a Nokia, instalada no Polo Industrial de Manaus (PIM), resolveu aderir ao Programa de Demissão Voluntária (PDV). Ontem à tarde, representantes do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas e da empresa assinaram o documento, que prevê a “saída” de 122 trabalhadores da fábrica.

A partir da assinatura do documento, funcionários dos

setores de produção, qualidade, logística e engenharia podem pedir demissão a qualquer momento.

Segundo o presidente do sindicato, Valdemir Santana, mesmo após a “saída voluntária”, a Nokia prometeu garantir aos funcionários desligados todos os direitos trabalhistas, extensão de assistência médica por três meses e participação em uma oficina de reinserção ao mercado de trabalho.

Santana informou que a empresa alega estar em fase de ajustes nas linhas de pro-

dução. “E assim que todos os problemas se resolverem, os trabalhadores serão readmitidos”, garantiu.

Adequação à demanda

Por meio da assessoria de imprensa, a Nokia comunicou que está adequando o trabalho à demanda do mercado. Segundo a empresa, a projeção de menor crescimento da economia brasileira foi o que motivou fazer o ajuste na capacidade da unidade de Manaus para garantir a competitividade no mercado brasileiro de celulares.

Competitividade

Indústrias têm até dia 29 para entregar estudo

Empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) têm, até o próximo dia 29, para apresentar ao governo federal o estudo de competitividade com vistas à reavaliação dos incentivos fiscais recebidos para a produção no parque local.

São obrigadas a realizar o estudo todas as empresas que obtiveram prorrogação do benefício fiscal de 100% de crédito-estímulo por meio do decreto 32.031, de 30 de dezembro de 2011.

A exigência do levantamento busca o equilíbrio da política de incentivos fiscais do Estado. Com as informações a serem prestadas pelas em-

presas, a equipe técnica do governo vai dispor de dados concretos para avaliar se o incentivo concedido à produção de cada produto está na proporção justa que permita competitividade no mercado, preservando o poder de arrecadação do Estado.

As empresas podem prestar informações sobre suas operações pelo e-mail estudo.competitividade@seplan.am.gov.br ou por processo protocolizado na sede da Seplan, na rua Major Gabriel, 1.870, na Praça 14. A resolução com a prorrogação da data foi publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 31 de maio.

Arrecadação do Estado contabiliza alta de 8%

Nesses primeiros cinco meses do ano, a arrecadação tributária do Estado foi de R\$ 2,68 bilhões. Já a soma de contribuições foi de R\$ 400 milhões no período

MÁRIO OLIVEIRA

ANWAR ASSI
Equipe EM TEMPO

Mesmo com "percalços", como o desaquecimento da atividade econômica no Brasil, a receita administrada pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) cresceu 8,74% nos cinco primeiros meses deste ano, na comparação com igual período de 2011.

Juntas, em 2012, as receitas advindas de tributos e contribuições arrecadaram aos cofres estaduais R\$ 247 milhões a mais do que de janeiro a maio do ano passado. Conforme dados da Sefaz, nesses primeiros cinco meses do ano, a arrecadação tributária foi de R\$ 2,68 bilhões, crescimento de 7,91%, em relação ao mesmo período de 2011. Já as receitas oriundas das contribuições somaram quase R\$ 400 milhões, até maio, ou 14,62% a mais do que os cinco primeiros meses de 2011.

"A arrecadação do Estado tem tido um resultado razoável, demonstrando que a gestão tributária da Sefaz tem sido eficiente mesmo com os problemas econômicos que enfrentamos este ano", afirmou o assessor da Sefaz, Afonso Lobo.



Comércio e serviços puxaram a alta na receita tributário do Estado, conforme dados da Sefaz

Desempenho por atividade

Segundo Afonso Lobo, o crescimento da arrecadação tributária foi puxado pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) recolhidos dos serviços, em particular, dos setores de comunicações e transportes. Conforme dados da Sefaz, juntos, a arrecadação dos dois setores cresceu, de janeiro até maio, 17,62% em relação ao igual período do ano passado.

Por sua vez, mesmo com as demissões na indústria e a cheia, a arrecadação do comércio registrou crescimento de 9,22%. A alta na arrecadação ocorreu em um momento em que a atividade registra um incremento de apenas 1,2% no primeiro trimestre do ano, conforme dados da Federação do Comércio do Estado do Amazonas (Fecomércio-AM). Este índice ficou abaixo dos 3%

de crescimento que era esperado pelo setor.

O baixo desempenho ficou com o setor industrial, cuja arrecadação, nos cinco primeiros meses do ano, foi apenas 2,75% superior ao registrado até maio de 2011.

De acordo com a Sefaz, a arrecadação do ICMS cresceu 6,95%, este ano, em relação ao ano passado, somando até maio, quase R\$ 2,5 bilhões.

Receita Federal

Audidores entram em greve a partir do dia 18

Os auditores fiscais da Receita Federal do Brasil oficializaram o dia 18 de junho como a data para o início da greve, por tempo indeterminado, da categoria. No Amazonas, 270 servidores fiscais filiados ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional).

De acordo com o sindicato a data foi votada em assembleia, onde participaram mais de 3,2 mil auditores.

O presidente da Delegacia Sindical no Amazonas, Eduardo Toledo, disse que a consolidação da greve foi aprovada devido o governo não apresentar nenhuma proposta de acordo em prol da campanha salarial.

Dentre as exigências, há uma proposta de reajuste de 30%. "Veremos quanto tempo o governo aguenta, porque vai prejudicar todos os setores", enfatizou, ao ressaltar que a última greve durou 40 dias.

O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périgo, estima que o prejuízo diário à indústria seja de R\$ 150 milhões.

Efeito "cascata"

Ao seguir o movimento dos auditores, ontem, mais de 300 representantes da base do serviço público federal de 20 Estados aprovaram por unanimidade a realização de greve a partir do mesmo período. (LG)

Nokia anuncia Plano de Demissão Voluntária na unidade de Manaus

Previsão inicial da fabricante de celular é de que 145 trabalhadores façam adesão ao PDV até hoje

TEXTO Daisy Melo

FOTO Divulgação

MANAUS

Os impactos da crise econômica na Europa foram os motivos apresentados pela Nokia da Amazônia para abrir um Plano de Demissão Voluntária (PDV), que pretende desligar 145 dos cerca de 2 mil funcionários da empresa. Lançado na última sexta-feira (1º), o plano prevê o pagamento de todos os direitos trabalhistas. A empresa finlandesa, que já foi líder em exportação no Polo Industrial de Manaus (PIM), hoje ocupa a terceira posição do ranking.

“As previsões de menor crescimento da economia brasileira, consequência das recentes turbulências econômicas na zona do euro, motivaram a empresa a fazer este ajuste na capacidade da fábrica, para garantir a competitividade no mercado brasileiro de celulares”, informou a fábrica. Ainda segundo o comunicado oficial, as demissões estariam relacionadas à adequação da

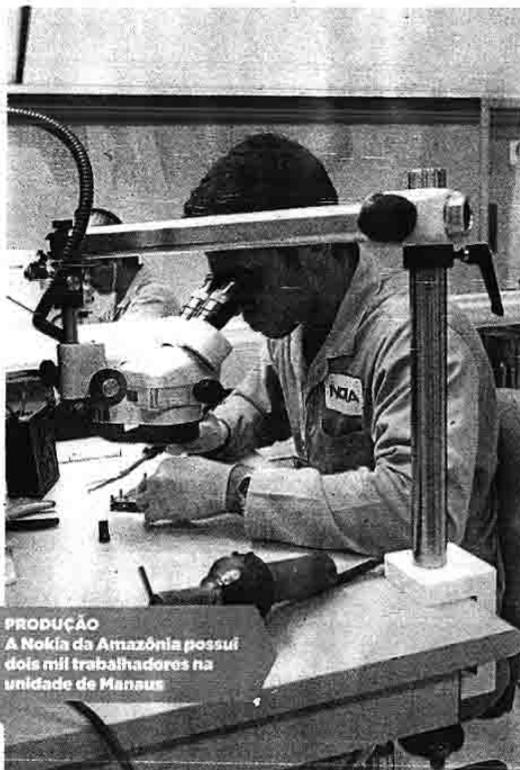
força de trabalho da empresa à demanda do mercado.

Além dos direitos trabalhistas, como aviso prévio e 40% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a medida garante três meses de plano de saúde e a participação em uma oficina de reinserção no mercado de trabalho. Os funcionários da Nokia têm até hoje para aderir ao PDV.

Promessa

No comunicado recebido, ontem, pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal/AM), a empresa se compromete a readmitir os funcionários desligados no processo, após a resolução do problema de excesso de produção da fábrica de aparelhos de celular. “O acordo proposto é que eles recontraem as pessoas logo que se resolva a questão de estoque. Acreditamos que isso irá ocorrer dentro de três meses”, disse o presidente da entidade, Valdemir Santana.

O documento, assinado pelo dirigente, afirma que a previsão da empresa é demitir 122



PRODUÇÃO
A Nokia da Amazônia possui dois mil trabalhadores na unidade de Manaus

PDV da Nokia foi ofertado a trabalhadores da área de produção, qualidade, logística e engenharia

OS NÚMEROS

305%

Foi a queda registrada nas exportações da Nokia de 2008 (US\$ 439,1 milhões) a 2011 (US\$ 108,2 milhões). A diferença é de US\$ 330,9 milhões.

funcionários - e não 145 como informado pela empresa - dos setores de produção, qualidade, logística e engenharia. Segundo uma funcionária da empresa, que não quis se identificar, já na segunda-feira, a procura por funcionários da área administrativa havia extrapolado o limite de 14 adesões imposto pela fábrica.

O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, disse que a concorrência com os importados e a velocidade da inovação tecnológica são alguns dos fatores que atingem esse segmento. “Apesar disso, essa informação de demissão na Nokia é a primeira que temos nesse setor”, disse.

Novo pacote de ajuste fiscal prevê aumento da arrecadação e desburocratização na Sefaz

Um novo pacote de projetos sobre ajustes fiscais começou a tramitar ontem na Assembleia Legislativa do Estado (ALE). A principal modificação é a instituição de alíquota interna do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) em 17% sobre a importação de matérias-primas e materiais secundários necessários à fabricação de cristal líquido. Uma proposta que institui o “Processo Tributário Administrativo Eletrônico” também está entre os projetos encaminhados pelo Executivo.

Segundo o secretário da Fazenda, Hisper Abrahim, a legislação atual não prevê imposto sobre a importação de alguns componentes necessários à fabricação do LCD e nem na saída desses dispositivos do Polo Industrial de Manaus. Aprovada a proposta, o imposto passará a ser cobrado no prazo de uma semana.

O Projeto de Lei Complementar 12/2012 prevê que todos os atos relacionados ao processo tributário administrativo, incluindo as notificações fiscais, os autos de infração, apresentação

de defesa em caso de infração, ou impugnação, serão feitos eletronicamente. A medida, também, determina a inscrição automática de empresas que deixaram de pagar os tributos e não apresentaram justificativa no prazo de 90 dias. De acordo com o secretário, a medida vai acelerar a arrecadação tributária do Estado, além de “economizar papel”.

O mesmo projeto também permite o parcelamento do ICMS apurado após a dedução fiscal, atualmente proibido pela legislação vigente.

Isenção

O último projeto encaminhado à Casa isenta de impostos todas as aquisições de bens por empresas que prestam serviços de comunicação ou jornalísticos e o pagamento de energia elétrica. A medida, segundo a mensagem 44, anexa ao projeto, visa “diminuir os custos” dessas empresas e estimular a redução do valor dos jornais impressos à população em geral.

A previsão é que os projetos sejam votados e aprovados na semana que vem.